



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO -



Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância

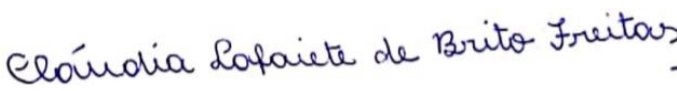
Anexo II

ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO

Aos Dezesesseis dias do mês de Setembro de dois mil e vinte e dois, às 13:30 horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Eliane Teodoro Coimbra Pareja (orientadora), Claudia Lafaiete de Brito Freitas (membro), Rosângela Barboza Cerqueira (membro), para examinar o Trabalho de Curso intitulado “**A importância da leitura para crianças pequenas**” da estudante Marly Ramos de Souza Santos, Matrícula nº 2018205221351954 do Curso de Licenciatura em Pedagogia e Educação Profissional e Tecnológica na Modalidade a Distância. A palavra foi concedida a estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição da candidata pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela **APROVAÇÃO** da estudante. Ao final da sessão foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.


ELIANE TEODORO COIMBRA PAREJA

Orientador/Presidente da Banca



Membro



Membro



Acadêmica



TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO- CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

Tese (doutorado)
Dissertação (mestrado)
Monografia (especialização)
TCC (graduação)

Produto técnico e educacional - Tipo:

Nome completo do autor: **Marly Ramos de Souza Santos** ¹

Eliane Teodoro Coimbra

Pareja 2

Artigo científico
Capítulo de livro
Livro
Trabalho apresentado em evento

Matrícula: 2018205221351954

Título do trabalho: A importância da Leitura para Crianças pequenas

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

NÃO

Documento confidencial: Não Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: / /2022.

O documento está sujeito a registro de patente? Sim Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? Sim Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

¹ <http://lattes.cnpq.br/2723642494781805>

² <http://lattes.cnpq.br/9022353042507149>

Marly Ramos de Souza Santos

O(a) referido(a) autor(a) declara:

- Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Local Jussara- Goiás 10 / 10
/2022

Marly Ramos de Souza Santos

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo: SIM

ELIANE TEODORO COIMBRA PAREJA
ELIANE TEODORO COIMBRA PAREJA

Assinatura do(a) orientador(a)

A IMPORTÂNCIA DA LEITURA PARA CRIANÇAS PEQUENAS

Marly Ramos de Souza Santos¹

Eliane T. Coimbra Pareja²

RESUMO: Por meio da leitura, as crianças desenvolvem a imaginação e a criatividade, auxiliando na compreensão do mundo, na oralidade e a desenvolver a escrita. O objetivo central deste estudo é analisar a importância da leitura para crianças pequenas. Tendo como problemática: Qual a importância da leitura para crianças pequenas? Justifica-se pela necessidade de discutir sobre a relevância da leitura na Educação Infantil, visto que ela é imprescindível para o processo de ensino e aprendizagem. O estudo organizou-se da seguinte forma: Um Breve Histórico da Educação Infantil no Brasil, onde relato a trajetória da Educação Infantil brasileira de maneira resumida. Depois descrevo de sobre a importância da leitura, pois, o hábito de ler aprimora o vocabulário contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, auxiliando no desenvolvimento da oralidade, da imaginação, da criatividade, além de inserir a criança num mundo letrado. A metodologia é uma pesquisa básica de cunho bibliográfico com abordagem qualitativa e quanto aos objetivos, ela é exploratória e tem como principais autores: Oliveira (2007), Loro (2015) e Brasil (1996). Nos resultados e discussão, verificou-se que o contato com os livros e a interação com a literatura, auxilia diretamente no desenvolvimento psicomotor, cognitivo e social das crianças. Considera -se que uma das funções centrais, da leitura é de formar crianças leitoras, críticas e criativas, que sejam capazes de participar ativamente de diferentes situações do seu cotidiano. Assim, se compreende que a sua pratica contribui positivamente para o desenvolvimento de alguns aspectos: a criatividade, emoções, sentimentos, auxiliando na ampliação do vocabulário.

Palavras- Chave: Educação Infantil. Ensino. Aprendizagem. Leitura.

ABSTRACT: Reading develops imagination and creativity in children, helping them to understand the world, improve speaking and develop writing. In this paper, the main goal is to analyze the importance of reading to Young children, taking into account the

¹ Graduanda do Curso de Licenciatura em Pedagogia(ept) na Modalidade a Distância (marlisramos81@gmail.com).

² Especialista em Psicopedagogia e Educação Infantil pela Faculdade de Iporá-FAI Graduada em Pedagogia com habilidades em Orientação, Administração Escolar, Supervisão Escolar, Licenciatura Plena para atuar na Educação Infantil, nas series iniciais do Ensino Fundamental, na Educação de Jovens e Adultos e nas matérias pedagógicas do Ensino Médio - pela Faculdade Estadual de Ciências e Letras de Campo Mourão – PR – FECILCAM/UNESPAR; Profª do Ensino Fundamental na Rede Municipal de Iporá. Bolsista como prof. Formadora pela Universidade Aberta do Brasil – UAB. profelianeteodoro@gmail.com

following question: what is the importance of reading to Young children? This research is justified because of the necessity to discuss about the reading aspects in child education, insasmuch as it is essential to the teaching and learning process. The paper is structured as follows: in the section A Brief History of Early Childhood Education in Brazil a path on brazilian early childhood education is presented. Next, in the section The Importance of Reading, its importance is described, as it improves vocabulary, contributes to the development of critical and reflective thinking, helps in the development of speech, imagination and creativity and places the child in the world of literacy. In methodological terms, this reaserch is guided by the qualitative aspect and it is exploratory considering its goals. Oliveira (2015), Loro (2015) and Brasil (1996) are the main theoretical source. In the results and discussion, it is concluded that contact with books and interaction with literature helps children's psychomotor, cognitive and social development. One of the reading functions is to form critical and creative children, able to participate actively in different situations of their daily lives. Thus, it is understood that its practice benefits the development of some aspects of development such as creativity, emotions, feelings and expansion of vocabulary.

Keywords: Early Childhood education. Teaching. Learning. Reading.

1.INTRODUÇÃO

Este estudo apresenta a temática: A Importância da Leitura para crianças pequenas, a escolha deste tornou - se necessária pelo desejo das crianças de decifrar e compreender os símbolos e sinais, pois desde muito pequenas elas necessitam da comunicação para compreender o mundo a sua volta.

O objetivo principal desta pesquisa é analisar a importância da leitura para crianças pequenas e gira em torno da problematização: Qual a importância da leitura para crianças pequenas? Onde percebe-se a leitura como facilitadora do processo de ensino e aprendizagem da criança, a leitura auxilia no desenvolvimento de adulto mais seguro, consciente e com visão crítica do mundo, contribuindo na sua transformação própria e da sociedade em que vive.

Os objetivos específicos deste estudo consistem em: contextualizar a Educação Infantil brasileira de forma resumida; verificar a importância da leitura no processo de ensino e aprendizagem; descrever importância da leitura na primeira infância.

Justifica-se na importância do ato de ler e a compreensão de mundo. A leitura tem que se fazer presente na vida da criança ainda na infância. Uma criança que aprende a ler desde pequena tem enormes benefícios no desenvolvimento da linguagem oral e escrita, além de ajudar com que ela lide melhor com suas emoções, desenvolve a atenção, a memória e a compreensão através da imersão nas histórias

e imagens presentes nos livros. A leitura por si só já traz enormes benefícios independente do assunto do livro, porém a escolha adequada das histórias de acordo com o entendimento e idade da criança pode contribuir ainda no desenvolvimento social, mostrando a necessidade de dividir e ajudar os colegas, este contexto em que a criança se vê na história faz com que ela seja mais empática umas com as outras e possam criar conexões entre elas que irão favorecer seu desenvolvimento num todo.

A estruturação dessa pesquisa aconteceu da seguinte forma: Um Breve Histórico da Educação Infantil no Brasil, onde relato a trajetória da Educação Infantil brasileira de maneira resumida. E no segundo momento descrevo sobre: A importância da Leitura, pois, o hábito de ler aprimora o vocabulário contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo, auxiliando no desenvolvimento da oralidade, da imaginação, da criatividade, além de inserir a criança num mundo letrado.

A metodologia utilizada no desenvolvimento deste artigo se deu por meio, de pesquisa bibliográfica, que consistiu no levantamento sobre “A importância da leitura na educação infantil”, foram realizadas leituras de livros e artigos, acompanhadas de anotações que serviram para a fundamentação teórica desse estudo, buscando a reflexão a partir da leitura e interpretação de textos de importantes autores como: Oliveira (2007); Loro (2015) e Brasil (1996). Apresenta-se uma abordagem qualitativa de natureza básica e classifica de maneira exploratória quanto aos objetivos.

Nos resultados e discussão por meio, dos dados coletados se observou que por meio da leitura, as crianças pequenas desenvolvem a concentração, a memória, o raciocínio, a compreensão, bem como a linguagem oral e a capacidade criativa.

Ao término deste estudo pode-se constatar que, a leitura amplia o processo de ensino aprendizagem das crianças dentro e fora do âmbito educacional, oportunizando o seu contato com assuntos diversos modo, a ampliar a sua imaginação e criticidade.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Um breve histórico da Educação Infantil no Brasil

Segundo Oliveira (2007), a Educação Infantil passou muito tempo sendo vista como assistencialismo social, para onde eram levadas as crianças órfãs e abandonadas com intuito que essas aprendessem sobre higiene básica e pudessem

ser mantidas fora das ruas. O problema destes locais é que na grande maioria das vezes, apresentavam péssimas instalações e não ofereciam mais do que alimentação e atendimento básico, fazendo com que muitas vezes as famílias optassem por casas clandestinas, onde mães que não tinham condições de manter a casa sozinha cuidavam das crianças de outras famílias em troca de favores.

Zanella e Lara (2015, p.109/110) advertem que as:

Crianças deveriam ser resgatadas do cárcere e das prisões, criando-se, para tanto, instituições especiais, dignas, [...]. Atendendo ao sentimento de filantropia e bem-estar comum, oriundo, principalmente, dos Estados Unidos, ao invés de prisões, deveriam existir reformatórios também chamados de escolas industriais, escolas de formação, residências campestres etc.

A transferência das crianças para os reformatórios era uma tentativa de oferecê-las condições melhores frente a miséria instaurada pela vida urbana daquela época. No Brasil as primeiras escolas foram criadas pelos Jesuítas, no século XVI, o intuito da educação jesuítica era utilizar “métodos pedagógicos centrados na disciplinarização do corpo e da alma, no intuito de fazê-los se desprender dos velhos costumes considerados bárbaros, rudes e selvagens, e adquirir a “civilização dos modos” (AZEVEDO & SARAT, 2015, p. 23).

Somente tempos depois, no século XVIII que a educação infantil começa a ser pensada, a partir “de investimentos na escolarização da criança e na democratização do acesso a escola, no qual Estados-nação investiam na educação como fator promotor da coesão nacional” (GOUVÊA, 2008, p. 202).

O primeiro jardim da infância foi fundado por Emília Ericksen que trouxe da Alemanha, onde estudou, o método de ensino de Fröebel colocando-o em prática no Brasil. Assim, em 1862 ela fundou o primeiro jardim de infância, em Castro/Paraná atendendo crianças de quatro a seis anos de idade (LÖSSNITZ, 2006).

Anos depois, na cidade do Rio de Janeiro, em 1875, surge o primeiro jardim de infância do setor privado, fundado pelo médico Joaquim José Menezes Vieira. Era uma escola que atendia exclusivamente crianças do sexo masculino (de 0 a 6 anos) da elite carioca (CAMPOS & PEREIRA, 2015). Já o primeiro Jardim de Infância, do setor público, foi criado em 1896 em São Paulo para atender “às crianças da burguesia paulistana” (GUIMARÃES, 2017, p. 94).

No período da República, foram criadas as primeiras instituições de atendimento a infância conhecidas como creches que passaram a atender os filhos de trabalhadores e dos pobres (KUHLMANN Jr., 2000).

As creches tinham o papel de cuidar (alimentação, saúde e habitação) e dar assistência às crianças, visto que neste período, as crianças, eram desprovidas de cuidados específicos: ora estavam sob cuidados de terceiros; outrora eram levadas pelos pais para o trabalho, onde aprendiam desde muito cedo a lidar com o ofício da família; noutra, permaneciam com as mães em casa ajudando nos afazeres domésticos (LORO, 2015).

No período do Regime Militar ocorreram várias ações voltadas para o atendimento às crianças, cujo os recortes eram a higiene e a saúde, decorrente do movimento higienista em curso (KUHLMANN JR., 2000).

Essa forma assistencialista atribuída a educação infantil começa a sofrer alterações a partir das transformações estruturais (urbanização, industrialização, crescimento econômico, tecnológico e científico) ocorridas na década de 1970, aliada a mudança da organização familiar e a inserção da mulher no mercado de trabalho, é que começa, por parte do Estado, uma preocupação com a educação infantil (KUHLMANN JR., 2000). Mas, esse cuidado ainda tinha forte marcas de “ações e programas de cunho médico-sanitário, alimentar e assistencial, predominando uma concepção psicológica e patológica de criança, inexistindo um compromisso com o desenvolvimento infantil e com os direitos fundamentais da infância” (ALVES; OLIVEIRA, 2020, p.5).

Assim, as crianças passaram a frequentar escolas e conseqüentemente a demanda por instituições de ensino para crianças de 0 a 6 anos de idade, aumenta. Até então, as escolas não possuíam políticas que as amparassem e nem mesmo profissionais formados em Pedagogia causando fragilidade no atendimento prestado (LORO, 2015).

No decorrer dos anos de 1975, o Ministério da Educação começou a assumir responsabilidade sob essas crianças e criou a Coordenação Pré-escolar para atender as crianças de 4 a 6 anos, no entanto as instituições eram compostas em comunidades localizadas e mantidas por instituto agremiação de bairros (LORO, 2015).

Em 1988 com a criação da Constituição Federal, tornou-se obrigatório o atendimento na educação infantil, proporcionado a criança o direito a educação,

alimentação e higienização. Para tanto, foi instituído à família e o Estado o dever de guardar e cuidar das crianças para que tivessem condições de estar em um ambiente educacional, podendo ser assistidas por profissionais capacitados (BRASIL, 1988). Além dessas condições a criança passou a ser respeitada e com direito ao amparo contra qualquer violência que lhe for tentada:

Art. 227 É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988, p. 220).

Atrelado as suas obrigações para com a criança, fica responsável o Estado por gerir programas que possam contribuir para assistência integral a questões de saúde e alimentação da criança, obedecendo a um percentual de recursos públicos e amparo a maternidade. Além, da criação de programas de prevenção e atendimento especializado para portador de deficiência, considerando ainda, garantia e adaptação de acesso aos bens e serviços das crianças e jovens que necessitem (BRASIL, 1988).

Com o andamento da Constituição Federal e a vigência de suas atribuições, a década de 1990 foi um período fecundo no campo educacional. Dois importantes instrumentos legais no âmbito das políticas governamentais da Educação Infantil, segundo Kuhlmann Jr. (2000) foram: o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei n.º 8.069/90) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) n.º 9.394/96. A última direcionando todo protocolo das questões da educação básica no Brasil. Os artigos 29 - 31 definem:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I - creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade; II - pré-escolas, para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade. Art.

Art. 31. A educação infantil será organizada de acordo com as seguintes regras comuns I - avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental; II - carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional; III - atendimento à criança de, no mínimo, 4 (quatro) horas diárias para o turno parcial e de 7 (sete) horas para a jornada integral; IV - controle de frequência pela instituição de educação pré-escolar, exigida

a frequência mínima de 60%(sessenta por cento) do total de horas V - expedição de documentação que permita atestar os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança (BRASIL, 1996, p. 76).

Os artigos acentuam que a educação infantil se torna a primeira parte da educação básica com atendimento integral para crianças de até 5 anos. Separando por idade alocando as crianças em creches, pré-escolas e ensino fundamental, sendo necessário registro de participação, carga horária definida, controle de frequência com exigência mínima de 60% de participação e expedição das atividades de aprendizagem.

Posteriormente, outros dispositivos legais foram regulamentados no âmbito da Educação Infantil, dentre eles: o Plano Nacional de Educação (Lei nº 10.172/2011), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e nas Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI) (KUHLMANN JR., 2000). Cada um direcionando metas e recomendações para a Educação Infantil, salientando o cuidado com a primeira infância e reforçando que o direito a educação (0 a 5 anos) é um direito constitucional que deve ser garantido.

Outro importante documento legal relativo à Educação Infantil é a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) aprovada em 2017, em que orienta toda a estrutura educacional (pública e privada) a seguir um único currículo para a Educação Infantil. Para tanto, a educação passa a ser direcionada por campos de experiências (o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; traços, sons, cores e formas; oralidade e escrita; espaços, tempos, quantidades, relações e transformações) para que a aprendizagem aconteça (BRASIL, 2017).

Observa-se que o currículo, proposto pela BNCC está centrado na criança e os campos de experiência dão ênfase na interação social, pois, “é na interação com os pares e com os adultos que as crianças vão constituindo um modo próprio de agir, sentir e pensar e vão descobrindo que existem outros modos de vida, pessoas diferentes, com outros pontos de vista” (BRASIL, 2017, p. 36). Assim,

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). Este documento normativo aplica-se exclusivamente à educação escolar, e está orientado pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva,

como fundamentado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (BRASIL, 2017, p. 7).

Por ser um documento orgânico e progressivo, a BNCC objetivou atender todas as modalidades de ensino em conformidade e igualdade oferecendo oportunidade de inserção de atividades pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem de forma justa e democrática quantos aos fundamentos do sistema educativo.

Após esta breve visita aos documentos legais da Educação Infantil, observa-se que suas elaborações estão relacionadas ao contexto histórico de cada época, que paulatinamente foi concebendo a criança (0 a 5 anos) como um sujeito histórico-social, com particularidades específicas que precisam ser consideradas para que o processo de aprendizagem aconteça.

2.2 A importância da leitura na primeira infância³

De acordo com Silva *et al.* (2016), o primeiro contato do homem com a leitura ocorreu pela necessidade de decodificar e compreender os símbolos deixados por nossos antepassados em cavernas e em artefatos importantes de nossa história. Naquela época a comunicação ocorria exclusivamente por registros simbólicos registrados nas paredes de cavernas e rochas que contavam mensagens importantes para quem por ali passasse. Os anos foram avançando e a comunicação verbal passa a ser vital para nossa sobrevivência, levando assim ao aperfeiçoamento da leitura que mais tarde se tornará o passaporte de entrada do homem na sociedade, levando-o a descobrir novos mundos através da interpretação da escrita.

Nesse processo pautado pela modernização do ensino, os ambientes educacionais deixaram de ter ações assistencialistas para se tornarem centros educacionais voltados ao desenvolvimento da criança e do jovem através da escrita e da leitura, estando então inseridas no processo de aprendizagem (SILVA *et al.*, 2016):

Com isso, a integralização da leitura no método de ensino da educação infantil, com o intuito de incentivar o hábito ainda na infância, tornando as crianças

³ Art. 2º Considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança (BRASIL, 2016.p.1).

indivíduos criativos, com melhor capacidade de interpretação e imaginação (SILVA *et al.*, 2016).

O incentivo à leitura na educação infantil constitui uma motivação não somente para futuros leitores, mas para desenvolver o gosto pela leitura. A leitura possibilita novas aprendizagens e desperta, o desenvolvimento cognitivo, desenvolve habilidades e potencialidades. Assim é fundamental “incentivar o hábito de leitura no período da infância, sob o risco de passada essa fase, tornar o processo irreversível, ou seja, não mais conseguir o desenvolvimento de hábitos de leitura junto à população de adolescentes e adultos” (SILVA, 1994, p.11).

Um dos possíveis caminhos para fomentar a leitura na primeira infância é, por meio da literatura, porque o texto literário humaniza a criança, por meio da sua capacidade imaginativa, bem como, ajuda-a a lidar com as dificuldades (medo, insegurança etc.) inevitáveis da vida (BARONE, 2020). É a leitura que:

Coloca em jogo três movimentos constitutivos da atividade de ler. Trata-se de ler as informações que vêm do mundo da intersubjetividade, mundo em que, [...], se desenvolve todo tipo de sentimento e emoção. Também se trata de ler as informações do mundo físico, do mundo exterior. E finalmente de ler aquilo que se passa no íntimo de nós mesmos. A leitura entrelaça essas possibilidades de relações: com o outro, com a realidade e conosco mesmo, de modo que, sem o saber, estamos sempre lendo três livros: o da intersubjetividade, o do mundo e o livro interno (BARONE, 2020, p. 229).

Em conformidade com a citação acima, a leitura que permite a criança a descoberta, a construção de sentido, o despertar da emoção. A literatura para a infância configura-se como um “lugar de afetos, onde as palavras, usadas de forma poética e plurissignificativa, são frequentemente emolduradas de silêncios eloquentes, estimulando a capacidade inferencial da criança” (MENDES, 2013, p. 36). Esse lugar proporcionado pela literatura desperta na criança a emoção, a inocência, a imaginação, porque potencializa o “desenvolvimento cognitivo, psicológico, socioafetivo e emocional” (MENDES & VELOSA, 2016, p. 119).

A literatura na infância produz novos significativos no deciframento das imagens e do texto, ajuda a criança no entender o mundo que a rodeia, pois através do livro, “a criança vai realizando avanços e conquistas no processo de (auto) conhecimento, de conexão e de inserção no mundo e na sociedade, mas também no seu universo emocional e cognitivo” (FERREIRA, 2013, p.36).

Por isso, a relevância da ludicidade na Educação Infantil, segundo Ferreira (2013) ao possibilitar o acesso ao mundo da leitura, das histórias (lidas ou contadas) que ora reflete situações da realidade da própria criança, outrora revela situações não vividas que perpassam outros espaços sociais diferentes daquele que ela convive. Nesse processo, o lúdico contribui para a construção de valores como: a diferença, o respeito, o amor, a empatia e a solidariedade para com o outro. Assim, “as narrativas literárias são também um espaço de descoberta emocional que permite à criança organizar e vivenciar múltiplas emoções, promovendo o seu desenvolvimento, a sua maturidade e a sua capacidade relacional” (MENDES & VELOSA, 2016, p. 130).

Nesse processo o professor, enquanto mediador da leitura, constitui peça fundamental no processo de ensino e aprendizagem. É ele que coloca a criança em situação de dúvida, por meio de questionamentos e possibilidades acerca da própria realidade que o constitui (FERREIRA, 2013).

Dessa forma, a literatura da área mencionada acima evidencia a relevância da leitura para a primeira infância, seja no aspecto psicológico e/ou cognitivo, pois a aprendizagem está relacionada com a formação humana da criança.

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem qualitativa foi escolhida para a elaboração deste artigo com intuito de correlacionar ideias de diversos autores a fim de contribuir com as pesquisas já existentes e se justifica pela necessidade de apresentar aspectos da realidade que não podem ser quantificados.

Essas práticas transformam o mundo em uma série de representações, incluindo as notas de campo, as entrevistas, as conversas, as fotografias, as gravações e os lembretes. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalística, interpretativa, para o mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender, ou interpretar, os fenômenos em termos dos significados que as pessoas e eles conferem (DENZIN; LINCON, 2006, p. 17).

Para Denzin;Lincon (2006) a abordagem qualitativa visa interpretar o tema abordado com naturalidade compreendendo os significados que as pessoas o

conferem através de “um conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade ao mundo”.

A natureza do trabalho é básica que de acordo com Kauark et al (2010, p. 27) “objetiva gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista. Envolve verdades e interesses universais”, corroborando com a classificação do trabalho quanto aos objetivos:

A pesquisa exploratória visa proporcionar maiores informações sobre um assunto investigado, familiarizar-se com o fenômeno ou conseguir nova compreensão desse, a fim de poder formular um problema mais preciso de pesquisa ou criar novas hipóteses. Pode ser também o passo inicial em um processo de pesquisa. Os estudos exploratórios conduzem apenas a hipóteses, não verificam, nem demonstram (KAUARK et al 2010).

A pesquisa exploratória é realizada através da criação de hipóteses trazendo ao pesquisador maior familiarização e compreensão do tema escolhido. Em seguida abordaremos a classificação de nosso trabalho sendo está uma pesquisa bibliográfica:

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (KAUARK et al 2010).

Tendo em vista que a pesquisa é bibliográfica, e se dispondo do método dedutivo a coleta de dados foi realizada utilizando os autores: Oliveira (2007); Loro (2015) e Brasil (1996) através de livros, revistas e artigos científicos publicados na base de dados de sites como Scielo e Google Acadêmico com objetivo de procurar respostas para as hipóteses deste trabalho.

4. RESULTADOS

Conforme Silva *et al.*, (2016, p. 6) o ambiente escolar, possui papel de garantir que a criança tenha o contato com livros desde a primeira infância, possibilitando que ela tenha acesso ao manuseio das obras diversas, pois o encantamento com as

“ilustrações e a descoberta do mundo das letras. É nas salas de educação infantil, que o professor deve apresentar os diversos tipos de leitura a turma, pois nessa fase, o que importa é deixar-se levar pelas histórias sem nenhuma preocupação”.

A criança conforme Brenman (2012), vive em numa sociedade letrada na qual se encontra constantemente diversos textos, códigos, bem como imagens para que se possa compreender ou interpretar assuntos diversos. A leitura, por exemplo, nos propicia um aumento de vocabulário e ao mesmo tempo, é tida como sendo uma forma de inserção e transformação continua da realidade social. No entanto, é necessário que se entenda que ela ocorre neste processo por meio de conceitos.

Para Carvalho (2007), ler é essencial no cenário do cotidiano das crianças, pois as estratégias de leitura consistem em ferramentas necessárias para que aconteça o desenvolvimento da leitura de forma proficiente. Sua utilização permite ao leitor compreender e ao mesmo tempo, interpretar de forma autônoma os textos lidos e o mundo a sua volta de forma independente, crítica e ao mesmo tempo reflexiva. Logo, ao se incentivar o ato de ler, compreender e interpretar textos escritos de forma oral, o professor estará fazendo com que as crianças desde pequenas busque diferentes intenções e também objetivos os quais funcionam de forma decisiva para autonomia das pessoas, pois a sua prática funciona como um instrumento necessário para que de fato a uma sociedade seja verdadeiramente letrada.

4.1 DISCUSSÃO

Foi algo necessário inserir a leitura na Educação Infantil, pois a criança vive em um mundo letrado de modo que está precisa estar em contato com obras diversas conforme se observou nas colocações de Silva *et al.*, (2016). Posto isto, conforme o autor para que isto ocorra, se deve oportunizar nos ambientes escolares que as crianças tenham acesso a obras diversas seja na biblioteca ou em sala de aula.

Conforme Brenman (2012), as finalidades da leitura são inúmeras na Educação Infantil, uma vez que a pratica dessa, enriquece o conhecimento das crianças nos diversos segmentos sociais e amplia a sua percepção e imaginação. Logo, em sua concepção para que a prática da leitura tenha o objetivo de trazer para a criança conhecimentos diversos, é preciso que no ambiente escolar, ela interfira, compare, questione e observe a essência dos diversos assuntos que se fazem presentes em seu cotidiano.

De acordo com Para Carvalho (2007), se nota que desde a Educação Infantil, a leitura precisa ser vista como sendo um conjunto de condutas regidas por procedimentos cognitivos que são registrados na memória dos indivíduos e que afloram na ocasião da leitura. Para tanto, em sua concepção se entende que o significado maior da leitura é garantir a escrita de modo que esta seja um bem cultural que é ampliado no processo de compreensão do mundo, uma tarefa que ocorre ao longo do desenvolvimento das experiências que acontecem na escola e na relação que existe entre quem ensina e quem aprende.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática da leitura na Educação Infantil amplia e aprimora o vocabulário das crianças e ainda contribui para o desenvolvimento de um pensamento crítico e também reflexivo, pois possibilita que elas estejam em contato com diferentes ideias e experiências.

A leitura se revela sendo uma das vias no processo de construção do conhecimento das crianças pequenas, pois ela é vista como fonte de informação que contribui para formação cultural destas.

Ler é um ato valioso para a formação das crianças, pois amplia a sua capacidade de comunicação. Quando a criança lê desde cedo, ela provavelmente irá sentir-se mais segura no desenvolvimento da escrita. No entanto, como muitas crianças da Educação Infantil ainda não lê, é necessário que a leitura seja realizada pelo professor, mas é essencial que incentive os pequenos a observarem as páginas, as imagens e os textos, pois é isto que irá despertar o seu interesse e ampliar a sua imaginação.

Assim, em relação aos objetivos dessa pesquisa, verifica-se que a utilização de práticas pedagógicas de leitura para as crianças, ajuda diretamente na construção do conhecimento, na ampliação da informação e sobretudo, na sua formação cultural e na formação da identidade de cada indivíduo.

Essa pesquisa tem valia para a formação acadêmica ela interliga a teoria com a prática, pois enquanto futuros pedagogos é crucial que se estimule a leitura para as crianças pequenas, pois dessa forma elas irão se sentir interessadas e estimuladas dentro e fora do contexto escolar, inserindo a criança no mundo letrado.

REFERÊNCIAS

ALVES, Fernando Donizete. **O lúdico e a educação escolarizada da criança** In: OLIVEIRA, ML. (org). **(Im) pertinências da educação: o trabalho educativo em pesquisa** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009, p. 45-71.

AZEVEDO, Gislaiane; SARAT, Magda. História da infância no Brasil: contribuições do processo civilizador. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados/MS, v.5, n.13 p.19-33, jan.abr. 2015. Disponível em <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/viewFile/5176/2739>. Acesso em 20 jan. 2022.

BARONE, Leda Maria Codeço. A literatura na primeira infância. **Rev. Psicopedagogia**. 2020; n. 37, v. 113, p. 225-31. DOI: 10.5935/0103-8486.20200020. BRASIL. Lei 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998a, v. 2.

_____. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC, SEB, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2017.

_____. Lei Nº 13.257 de 08 de março de 2016. Dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância e altera a lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (estatuto da criança e do adolescente), o decreto-lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (código de processo penal), a consolidação das leis do trabalho (clt), aprovada pelo decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008, e a lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012

BRENMAN, I. **Através da vidraça da escola: formando novos leitores**. 2. ed. Belo Horizonte: Aletria, 2012.

CAMPOS, Rafaely Karolynne do Nascimento; PEREIRA, Ana Lúcia da Silva. Primeiras iniciativas de educação da infância brasileira: uma abordagem histórica (1870 - 1940). **XII Educere Congresso Nacional de Educação**, 2015. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/16231_8814.pdf. Acesso em 17 jan.2022.

CARVALHO, M. **Alfabetizar e letrar: um diálogo entre a teoria e a prática**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

DENZIN, Norman K., LINCOLN, Yvonna S. **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: ArtMed, 2006.

FERREIRA, Sandra Patrícia Ataíde; DIAS, Maria da Graça Bompastor Borges. **A escola e o ensino da leitura. Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 7, n. 1, p. 39-49, jan.jun. 2002. Disponível em <https://www.scielo.br/j/pe/a/XXZFPzyfyJyWpG4qxCLkbLw/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 30 jan. 2022.

FERREIRA, Ana Filipa Mendes. **Identidade e alteridade: a literatura infantil como oportunidade de abordagem aos valores na educação pré-escolar**. 130f. 2013. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação Pré-Escolar. Instituto Politécnico de Portalegre da Escola Superior de Educação de Portalegre, 2013.

GUIMARÃES, Célia Maria. A história da atenção à criança e da infância no Brasil e o surgimento da creche e da pré-escola. **Revista Linhas**. Florianópolis, v. 18, n. 38, 2017, p. 80-142.

KAUARK, Fabiana da Silva; MANHÃES, Fernanda Castro; MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: guia prático**. Itabuna:Via Litterarum, 2010.
KUHLMANN JR, Moysés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, 2000, p. 177-192

LORO, Aline Rafaela. **A importância do brincar na educação infantil**. 42f. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Educação Física. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Santa Rosa (RS), 2015.

LÖSSNITZ, Gislene. **O primeiro jardim de infância no Brasil: Emília Ericksen**. 98fl. Dissertação. Mestrado em Educação. Universidade Estadual de Ponta Grossa, 2006. Disponível em <https://tede2.uepg.br/jspui/bitstream/prefix/1260/1/Gislene%20.pdf>. Acesso em 5 jan. 2021.

MENDES, Tereza. Amor como em casa: o lugar da família (e) dos afetos na Literatura Infantil contemporânea. **Revista Aprender**. 2013, n. 33, p. 35-40. Disponível em <http://aprender.esep.pt/index.php/aprender/article/view/88>. Acesso em 2 jan. 2022.

MENDES, Tereza; VELOSA, Marta. **Literatura para a infância no jardim de infância: contributos para o desenvolvimento da criança em idade pré-escolar**. Proposições: Dossiê“Literatura, infância e espaços escolares”. V. 27, n. 2, 2016 p.115-132.

OLIVEIRA, Zilma Ramos de. **Educação Infantil: Fundamentos e métodos**. Ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Ana Elisabete Emídio Santos; GUIMARAES, Antônia das Graças de Jesus; CONCEIÇÃO, Liliane Batista da; FARIAS, Tanielly Dayana Pereira. **Leitura na educação infantil: praticas necessárias à formação de bons leitores**. 2016.

Disponível em <https://portal.fslf.edu.br/wp-content/uploads/2016/12/tcc14.pdf>. Acesso em 12 nov.2021.

SILVA, Ezequiel Teodoro da. **Leitura na escola e na biblioteca**. 4.Ed. Campinas, São Paulo: Papyrus, 1994.

ZANELLA, Maria Nilvane; LARA, Ângela Mara de B. O Código de Menores de 1927, o direito penal do menor e os congressos internacionais - o nascimento da justiça juvenil. **Revista Angelus Novus**, USP. Ano VI, n. 10, p. 105-128, 2015. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/ran/article/download/123947/120180/>